

CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA:

TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NA
REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

 **FASE**
Rio de Janeiro


**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**

CAPA: Guindaste usado para as obras do teleférico em meio aos escombros do antigo AP; vista da cidade desde a Ladeira do Barroso

4ª CAPA: Obra do artista Vhils nos escombros de uma casa na Ladeira do Barroso, Morro da Providência



SOLIDARIEDADE E EDUCAÇÃO

R. das Palmeiras, 90
Botafogo – Rio de Janeiro – RJ
www.fase.org.br

**CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA:
TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS
NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro – 2014
1ª edição

ISBN 978-85-86471-75-9

Este Fascículo faz parte do projeto “DEMOCRACIA E CULTURA PELO DIREITO À CIDADE: FORTALECENDO OS SUJEITOS COLETIVOS NA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS AO NEOLIBERALISMO” apoiado pela Fundação Rosa Luxemburgo e desenvolvido pela FASE com moradores e trabalhadores da região portuária do Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO

Aércio Oliveira
Anelise Gutterres
Joana Barros
Rachel Barros

REVISÃO

Aércio Oliveira
Anelise Gutterres
Joana Barros
Lívia Duarte
Rachel Barros

FOTOGRAFIAS

Luíz Baltar

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórla Oficina de Ideias

IMPRESSÃO

3Graf Gráfica e Editora

TIRAGEM

1000 exemplares



Casa no Morro da Providência
marcada pela Secretaria Municipal
de Habitação para futura remoção

Há diferentes inícios possíveis para a narrativa da região portuária do Rio de Janeiro. Poderíamos contá-la a partir da sua morfologia, das suas intervenções urbanísticas, a partir da construção do cais do porto e de seus terminais, das reformas urbanas ocorridas na região, a partir da sua economia e da sua centralidade em termos da mobilidade e circulação de pessoas no município do Rio de Janeiro.

A forma que escolhemos para narrar a região portuária nessa publicação dialoga com todas essas perspectivas, mas a partir da realização de oficinas de cartografia social. Realizadas no ano de 2013, essas oficinas reuniram vários habitantes de diferentes bairros que compõe a região – trabalhadores, pesquisadores, moradores, educadores; e também integrantes do Fórum Comunitário do Porto que atua na zona portuária desde 2011.

SMMA
1699

A rede de perspectivas que apresentamos aqui foi reunida a partir das experiências pessoais e coletivas de cada um dos participantes da oficina, que articularam: definições e redefinições do perímetro da área ao longo dos anos; pertencimentos múltiplos e sobrepostos, percursos e trajetórias variados. Dando ênfase a essa pluralidade, acabamos descobrindo uma região com diferentes significações. O território apresentado no mapa que integra a publicação foi tecido nesse emaranhado de histórias e de memórias; depositadas nas pedras e caminhos de becos e ladeiras, na sociabilidade dos bares, do comércio de rua, na oralidade que transmitiu de orelha a orelha o conhecimento sobre o cotidiano desses lugares.

Foi privilegiando a experiência de quem vive e produz estes lugares que buscamos construir a narrativa dos diversos espaços que compõem a região, tentando expor como eles estão mais uma vez sujeitos a reacomodações, a maior parte delas provocadas pelas transformações que as obras do projeto Porto Maravilha estão lhes impondo.

A publicação do Fascículo **Cartografia Social Urbana: As transformações e resistências na Região Portuária do Rio de Janeiro** é resultado das atividades propostas pelo projeto **Democracia e cultura pelo direito à cidade: fortalecendo os sujeitos coletivos na construção de alternativas ao neoliberalismo**, apoiado pela Fundação Rosa Luxemburgo, que dentre suas atividades envolveu a realização de oficinas para a construção da cartografia social. Os grupos presentes nessas atividades agregaram conhecimentos e análises críticas sobre o modelo de desenvolvimento em curso na área urbana, destacando importantes dimensões de sua compreensão.

Importa ainda dizer que no decorrer das oficinas – que incluiu a participação de moradores da Providência, do Caju e do Complexo de favelas da Maré – a região portuária foi reconhecida em seu sentido ampliado, já que formalmente as favelas da Maré não fazem parte da região portuária. Contudo, a relação histórica com a orla da Baía de Guanabara, a existência de colônia de pesca e dos portos que escoavam a produção das fazendas e ligavam as regiões de São Cristóvão e Caju ao Centro da cidade, fazem da Maré um complexo, um lugar próximo tanto espacialmente quanto historicamente da região portuária – relação que foi esquecida pelo aterramento das ilhas que interligavam a região, mas que foi resgatada nas oficinas por seus moradores.

Portanto, este Fascículo apresenta informações e perspectivas de análise que dialogam com a experiência dos moradores da região portuária. Primeiro apresentamos informações sobre as principais obras e projetos em curso e depois os resultados das oficinas. No meio da publicação, um mapa referencia especialmente os dados.

Esperamos que este Fascículo mobilize para a construção de um olhar crítico, que evidencie a sociabilidade local e as dinâmicas que cotidianamente temos acompanhado e que apresentam elementos diversos e fundamentais para uma leitura aprofundada do atual modelo de desenvolvimento urbano.

Tapume indicando obras do Porto Maravilha na área da Vila Olímpica. Ao fundo, parte do Morro da Providência



CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO PORTUÁRIA

A REGIÃO PORTUÁRIA TRAZ NA SUA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA DE SEUS HABITANTES A MARCA DO TRABALHO, DOS PORTOS, DOS GRANDES PROJETOS E DA DOMESTICAÇÃO DAS ENCOSTAS, ENSEADAS E RIOS EM TODO O TRAMO MERIDIONAL DA BAÍA DE GUANABARA. ZONA DE MANGUES, PRAIAS, ENCOSTAS VERDEJANTES, A REGIÃO TEVE SUA PAISAGEM COMPLETAMENTE TRANSFORMADA PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS, QUE INFLUENCIARAM PROFUNDAMENTE A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA MARÉ, CAJU E PROVIDÊNCIA.



A instalação da Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1858 – hoje conhecida como Central do Brasil – transformou a cidade do Rio de Janeiro. As linhas do trem demarcariam desde essa época a área que ficaria comprimida entre os trilhos e a Baía de Guanabara e que depois seria chamada de região portuária.

Vinte anos após a inauguração da estação Central, a construção da estação de Bonsucesso também influenciaria particularmente a localidade da Maré, que com a chegada dos trilhos de ferro teve seus portos praticamente extintos. A produção das fazendas locais, os engenhos e olarias, passariam a escoar sua manufatura através das estações que concentrariam o movimento de pessoas e mercadorias em seu entorno, criando grandes centros comerciais.

Conhecido por praias de águas cristalinas e areias alvas, a área do Caju é lembrada por sua beleza nos documentos e aquarelas datadas do início do século XIX. Após a chegada da família real ao Brasil, quando o bairro ainda fazia parte de São Cristóvão, o Caju foi recebendo hospitais, cemitérios, a Casa de Banho do Imperador D. João VI e casas de repouso em razão de sua localização geográfica. No início do século XX, no entanto, a área teve a geografia que lhe conferiu fama completamente alterada por aterros, retificação e canalização de mangues e riachos e extinção de ilhas e praias. Essas obras faziam parte do programa de reformas executadas pelo presi-

dente Rodrigues Alves e pelo engenheiro Pereira Passos e modificaram não só a área do Caju como toda a Zona Portuária. A Reforma Pereira Passos foi violenta na modificação dessa área, demoliu cortiços, removeu moradores, abriu novas ruas e acessos, modificou as construções existentes. Nesse período os cais – Gamboa, Mauá, e Caju – foram construídos em uma área de mais de 65 mil m² a beira da Baía de Guanabara.

A construção das Avenidas Brasil e Presidente Vargas na década de 1940, ajudou ainda mais na divisão entre os terrenos que ficavam à beira da Baía– Providência e arredores, Caju e Maré – e aqueles que ficavam do outro lado das vias recém construídas. Em contrapartida, o acesso criado por essas grandes vias intensificou a construção de moradias nesses territórios. As habitações sobre palafitas que existiram na Maré até a década de 80 foram removidas, mas no lugar delas outras milhares de casas foram refeitas pelos habitantes do lugar. Instituído como bairro em 1994, o Complexo de favelas da Maré tem cerca de 17 comunidades onde vivem aproximadamente 132 mil pessoas: Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Salsa e Merengue (Conjunto Novo Pinheiro), Conjunto Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Marcílio Dias (e Mandacaru que fica em seu interior).

As modificações no bairro do Caju contribuíram também para o aumento de sua população. Hoje habitam aproximadamente 20.212 mil pessoas no Caju, segundo o Censo de 2010, em nove comunidades: Quinta do Caju, Parque N. Sra. da Penha (conhecida como Manilha); Complexo Parque Alegria ou Complexo da Chatuba (composto pelo Parque Vitória e Parque Alegria); Parque Boa Esperança (Região Administrativa Portuária), Parque Conquista (chamado de Parque 950), Vila Mexicano (conhecida como Chatuba); e o Complexo Ladeira dos Funcionários (composto pelas comunidades Parque São Sebastião e Ladeira dos Funcionários). Segundo alguns moradores, haveria ainda mais três comunidades que estariam se organizando nos últimos anos nas instalações e no entorno do antigo Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião (depois Hospital São Sebastião) e do Parque São Sebastião, são elas: Clemente Ferreira e Terra Abençoada 1 e 2.

Integrante do perímetro reconhecido como Zona Portuária, o Morro da Providência é considerado pelos pesquisadores – e também reivindicado por seus moradores –



como a primeira favela do Brasil: o Morro da Favela. No fim do século XIX, após a instalação da Estação Central, ruas foram abertas e consolidadas na área pelos donos das pedreiras e proprietários de terras e negócios. O comércio de atacado e as oficinas para conserto de carroças proliferaram pelas ruas do Príncipe e da Princesa, antigas denominações das ruas Senador Pompeu e Barão de São Félix.

Os armazéns de secos e molhados proliferaram em toda a extensão da circunferência que partia do Largo do Depósito – hoje Praça dos Estivadores – até o Morro da Providência. A diversificação dos gêneros alimentícios e a proximidade das fábricas da região com o Centro aumentou o trabalho dos ambulantes, já que circulação de pessoas era muito grande. Por conta do fluxo crescente no entorno da Estação ao longo do século XIX e início do XX, foi instalado ali em 1978 o Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, hoje em processo de reconstrução. A sua arquitetura, com plataformas largas e abertas para a rua, possibilitou que trabalhadores ocupassem seu interior para a venda de mercadorias.

A área do Morro da Providência é extensa e composta por mais de uma dezena de localidades: Pedra Lisa, Sessenta, Morrinho, Barão da Gamboa, Grota, Toca, Cantão, Bica, Nova Brasília, Ladeira do Faria, Ladeira do Barroso,



A ESQUERDA: Ruínas do antigo AP, na Ladeira do Farias. Ao fundo, parte do centro do Rio de Janeiro, e à direita o prédio da Ocupação Chiquinha Gonzaga
 ABAIXO: Antiga Praça Américo Brum, extinta para a construção do teleférico



Escadaria, AP, Cruzeiro, Largo da Igreja, Buraco Quente. Há ainda a área limítrofe à favela, chamada também de área da Central que é composta por: Cajueiros – eixo da Rua Audomaro Costa com a Alfredo Dolabela Portela; área da Barrão de São Felix e da Senador Pompeu, e área da Rua Rego Barros. Além dessas localidades temos a área entre o Morro e a Baía, que é conhecida como: Livramento, Marítima, Vila dos Portuários, Praça dos Servidores, Pedro Ernesto.

Toda essa zona, especialmente aquela localizada entre os bairros da Saúde e Gamboa – que fazem junto com o bairro do Santo Cristo limite com o Morro da Providência – foram palco de duas importantes revoltas no início do século XX: a Revolta das Carnes Verdes (1902) e a Revolta da Vacina (1904). Essas manifestações de resistência eclodiram nas ruelas desses bairros contra ações e determinações oficiais que prejudicavam e alteravam negativamente o cotidiano dos pobres, condição da maioria dos habitantes dessas áreas. Revoltados contra imposições dos governantes, os pobres rebelaram-se exigindo mais informações e melhores condições de vida, seja através da exigência de melhores preços e variedade nos alimentos, seja contra a ação das políticas de estado sobre seus corpos.

As transformações relacionadas às atividades no cais do porto também geraram impacto na vida dos tra-

balhadores que viviam delas e por intermédio dessas atividades estabeleceram ou fixaram moradia na área entorno do cais. A região portuária leva o trabalho portuário no nome das ruas, na sociabilidade dos percursos, e na organização da classe – os sindicatos¹ ligados ao trabalho no porto estão todos instalados ali.

Compreendidos sob o paradigma da *gentrification*², as regiões portuárias – geralmente inseridas em áreas industriais ou com presença de atividade industrial; quadras, bairros, áreas que abrigavam clubes, círculos, moradias ou espaços de sociabilidade operária – tiveram com o processo da desindustrialização, sua ocupação transformada. Essa transformação é geralmente lida a partir da marginalidade, da degradação, do esvaziamento, da perda de vida desses lugares, o que costuma ser, além de um equívoco, uma oportunidade para reapropriação desse espaço sob a lógica do mercado.

1. Ao todo são 5 sindicatos: o dos Estivadores, localizado na Rua Antonio Lage; o dos Consertadores, o dos Trabalhadores do Bloco e o dos Vigias Portuários, todos na Rua Sacadura Cabral; e o dos Conferentes, na rua Cidade de Lima.

2. Segundo Rogerio Proença Leite, o termo foi cunhado pela socióloga britânica Ruth Lazarus Glass em 1964, para designar diferentes formas de intervenção urbana relacionadas à “regeneração”, “revitalização”, “reabilitação” de áreas residenciais e não residenciais que seriam alçadas a áreas de grande valor histórico.

A MAIORIA DOS PROJETOS QUE VEM MODIFICANDO A REGIÃO PORTUÁRIA AO LONGO DOS ANOS ESTÁ RELACIONADA À IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS QUE ALEGAM TER COMO OBJETIVO O MELHORAMENTO DO TRÂNSITO DE VEÍCULOS, A MOBILIDADE E A CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NA CIDADE. NA ZONA DA CENTRAL DO BRASIL, PRÁTICAS DE VENDA FEITAS PELOS AMBULANTES E CAMELÔS ESTÃO SENDO PROIBIDAS OU REPRIMIDAS NAS RUAS EM RAZÃO DA AMPLIAÇÃO DO TERMINAL AMÉRICO FONTENELLE E DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DO TELEFÉRICO QUE LIGA A CENTRAL DO BRASIL AO ALTO DO MORRO DA PROVIDÊNCIA.

Placa feita por morador para indicar habitação na área



INTERVENÇÕES E PROJETOS NA REGIÃO

Os projetos de “melhorias” propostos pelos governantes – e dos quais os moradores do local nunca participaram efetivamente de sua construção – sugere que há uma necessidade dos poderes públicos e privados em estabelecer o reordenamento desses lugares. É como se ali não houvesse vida e nem ordem.

Se a justificativa do século passado era a saúde pública, a necessidade de higienizar o lugar dos impuros, atualmente a justificativa é mais ampla. Nela estão incluídas a ordem e o progresso – herança positivista inscrita na bandeira do estado-nação brasileiro (e que já guiava as remoções no século XIX); e a mobilidade urbana, integrante do atual projeto de desenvolvimento nacional. A última justificativa está fortemente atrelada ao processo de escolha do Brasil como sede dos megaeventos esportivos que ocorrerão em 2014 e 2016. Há nesse atrelamento uma ficção de que esses eventos viabilizariam ao país um padrão de mobilidade universal, que supostamente seria eficiente para a experiência local de deslocamento. As justificativas oferecidas são acompanhadas de ações recobertas de substantivos ligados à vida – revitalização, vitalidade, bairro vivo – que nada mais são do que justificativas utilizadas para a remoção de sujeitos pobres dos seus locais de moradia.

Se a impureza só existe nos olhos do observador, o que os militantes, moradores, trabalhadores

e pesquisadores da região parecem expressar é que há uma convenção permanente na elaboração de certos projetos urbanos nas cidades brasileiras: as ações projetadas para os espaços onde habitam os trabalhadores pobres passa pela extinção de tudo o que nele existe para que ali seja criado algo novo. A criação de algo novo não vem desacompanhada de ações de disciplinamento nessas áreas e da contenção dos conflitos através da força policial. Considerada pelos investidores como “perigosa”, a região foi – a exemplo de outras favelas e áreas da zona sul da cidade – alvo do programa estatal de segurança pública, baseado na instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Instalada na Providência em 2010, no Caju em 2013 – e com várias tentativas frustradas de instalação na Maré – a UPP é frequentemente associada ao desdobramento das recentes modificações urbanas que ocorrem na região portuária. Ao contrário do discurso de promoção da paz e da proposta de uma polícia integrada à comunidade – base de uma política honesta de segurança pública, essa integração nunca existiu nas ações executadas pelo estado – as UPP acumulam denúncias de violência contra moradores. Com um modelo de ocupação militar do território, os conflitos dessa instalação foram amplamente debatidos nas oficinas para a construção dessa cartografia.



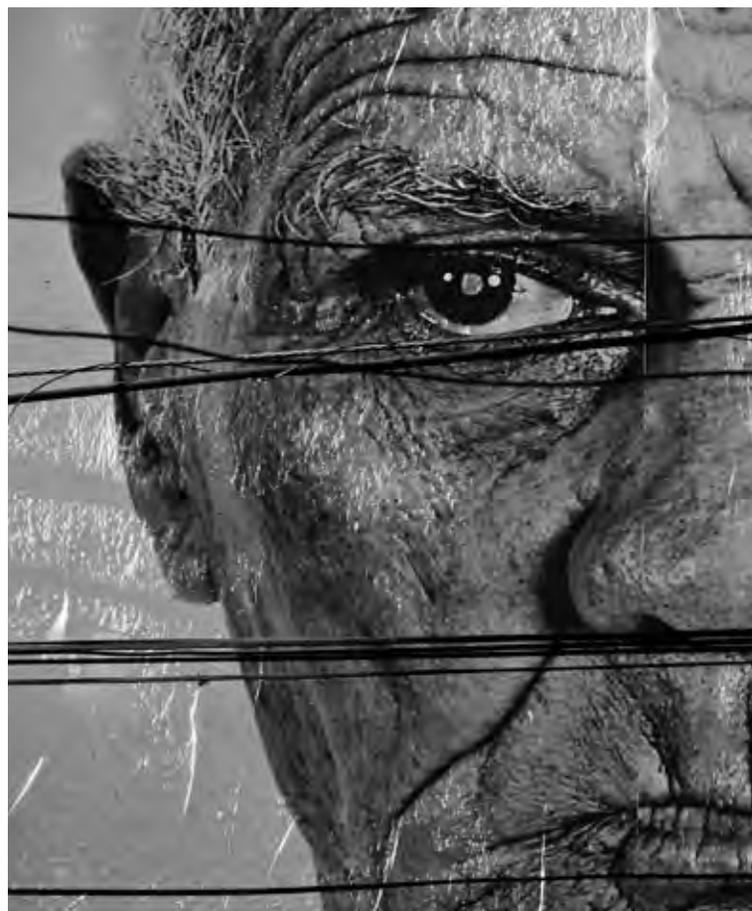
PORTO MARAVILHA

Em janeiro de 1988 é instituída por decreto uma Área de Proteção Ambiental (APA) constituída por logradouros dos bairros de Santo Cristo, Saúde, Gamboa e Centro. Conhecido como Projeto SAGAS (iniciais dos bairros Santo Cristo, Gamboa e Saúde) o decreto delimita parte da região portuária como área de preservação patrimonial. Esta delimitação criou um espaço novo, que dialogava com os processos de revitalização de áreas ditas “degradadas”, conforme vinha ocorrendo em diversas cidades do mundo. A iniciativa tinha como objetivo a preservação do patrimônio arquitetônico e cultural da região, investindo no uso residencial dos bairros, o que nunca chegou a ser realizado. O perímetro instituído pelo SAGAS é mantido pelo Projeto Porto Maravilha – ao norte, a Baía de Guanabara; ao leste, a Avenida Rio Branco; e ao sul, a Avenida Presidente Vargas. A oeste a área delimitada pelo Projeto abrange uma faixa de terra que pertence ao bairro do Caju e outra ao bairro de São Cristóvão, resultando uma área total de 5 milhões de metros quadrados.

Em 23 de novembro de 2009 são decretadas pela Câmara Municipal e sancionadas pelo prefeito duas Leis Complementares. A primeira cria a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio (OUC): que visa a realização de um conjunto de intervenções coordena-

das pelo Município, e que tem como objetivo “alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental” em uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) que é criada pela mesma lei. A sanção altera o Plano Diretor da Cidade e cria – estabelecendo zoneamentos e limites – novas regras para construção e uso dessa área; estabelecendo incentivos aos proprietários de imóveis que aderirem a Operação e incorporando aos lotes o direito de construir através da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC). A segunda lei autoriza o Poder Executivo municipal a constituir pessoa jurídica (controlada pelo Município) na modalidade de sociedade de economia mista, sob o nome de Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) que fica responsável por promover a AEIU, gerir os ativos patrimoniais que nela constam, coordenar, colaborar, viabilizar e executar a implementação de concessões para o pleno desenvolvimento da área.

Com todas as exceções e orientações criadas na lei, no mesmo ano de 2009 o governo Federal, o governo do Estado e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro assinaram um termo de cooperação federativa para a reabilitação da área portuária do Rio de Janeiro. Nascia o Projeto Porto Maravilha, hoje o principal projeto da



Empresa Olímpica Municipal (EOM), órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro que coordena a execução de todos os empreendimentos e obras preparatórias para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A execução das obras do Porto Maravilha foi viabilizada a partir da Parceria Público-Privada (PPP), assinada em 26 de novembro de 2010, entre a CDURP e a concessionária vencedora da licitação pública para usufruto da área (AEIU), a Porto Novo S/A (formada pela construtora OAS LTDA, Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.).

Na lei que cria a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio consta a promoção da Habitação de Interesse Social (HIS) e o atendimento à população residente em áreas que são objeto de desapropriação. No entanto, o Projeto Porto Maravilha apresenta como proposta a “melhoria das condições habitacionais da população existente e atração de novos moradores para a região”, compondo uma estratégia que busca recuperar 24 “imóveis degradados” através do “Programa Novas Alternativas”. Iniciado em 1998, o Programa Novas Alternativas não prioriza a habitação de interesse social; ele visa recuperar e utilizar imóveis mal conservados ou subutilizados, na busca de novas soluções arquitetônicas que unifiquem moradia e valorização do

patrimônio arquitetônico e cultural da região do centro da cidade. O projeto Porto Maravilha usa a estratégia de requalificação do patrimônio da área instituída pelo programa para estabelecer uma meta de “crescimento de moradores na região de 20 mil para 100 mil”, porém não especifica a faixa salarial desses novos moradores. A experiência vivenciada por moradores, pesquisadores e organizações sociais nesta área mostra que até o final de 2013 o projeto não havia investido na qualificação ou construção de nenhuma moradia de interesse social na região. Suas ações, pelo contrário, foram no sentido de incentivar a remoção dos moradores já existentes.

Na Rua Livramento há em diferentes numerações quatro obras licitadas que estão em andamento. Em uma delas, que data de 2007, o objeto da licitação é a construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda através da requalificação de imóvel com recuperação de fachada preservada, com fundo do Programa e Aceleração do Crescimento (PAC). Nas outras numerações (com processos licitatórios iniciados em 2012) os imóveis são tutelados pelo patrimônio histórico, estão situados na Área de Proteção Ambiental da Zona Portuária e são destinados a famílias com renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00. Na Rua Cunha Barbosa há um imóvel de 220,10 m² para esse mesmo



NA OUTRA PÁGINA: Crianças brincando no Largo do Cruzeiro, no alto do Morro da Providência

À ESQUERDA: Detalhe de instalação fotográfica realizada no Morro da Providência em 2010 por Maurício Hora e J.R

ACIMA: Criança brinca com o fotógrafo Luiz Baltar no Morro da Providência

fim. Todos esses processos foram viabilizados pela adesão do município ao programa do governo federal Minha Casa Minha Vida (MCMV). Ao todo serão gastos aproximadamente R\$ 2.900.000,00 na restauração da fachada e requalificação de aproximadamente 25 moradias. Na ocupação removida para que a obra de uma dessas numerações da Rua do Livramento pudesse ser iniciada, viviam aproximadamente 25 famílias. Para essas famílias foi oferecido mediante o cadastramento prévio um apartamento em loteamento financiado pelo MCMV, porém em habitações localizadas em Senador Camará, zona oeste do Rio de Janeiro. Nenhuma delas teve preferência ou recebeu como alternativa de moradia as construções de baixa renda licitadas para a mesma rua. A promoção e a provisão da habitação de interesse social prevista na legislação que viabiliza a realização do Porto Maravilha é na realidade realizada por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, nenhuma das famílias removidas na área foi encaminhada para as habitações financiadas pelo programa que estão sendo construídas na região. As famílias foram encaminhadas para loteamentos promovidos pelo programa, porém construídos fora a região de origem – uma metodologia que vem sendo utilizada pela prefeitura para realocação de casas removidas na cidade e que viola o Estatuto da Cidade. Na AIEU não só não há promoção de Habitação de Interesse Social como há extinção dela.

Se por um lado a legislação favorável a realização do Projeto Porto Maravilha é amplamente respeitada; por outro, ela viola no mínimo três importantes legislações urbanas – Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade); Lei Federal nº 11.124/2005 (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Interesse Social) e a Lei Federal nº 11.481/07 (Regularização Fundiária em Terras da União). A parceria entre os governos estadual e municipal não foi um problema para a implementação do projeto de revitalização da área portuária; contudo, não se observa a mesma agilidade e nem a mesma sintonia entre os governos para o investimento em moradia popular. Se no âmbito estadual, há morosidade no fechamento da listagem dos imóveis para a implementação do Plano de Reabilitação e Ocupação de imó-

veis do Estado do Rio de Janeiro na Área Central da cidade; no âmbito municipal, o edital de licitação lançado em 6 de agosto de 2013 convida empresas privadas a concorrência de uma concessão para uso e fruição de 11 imóveis no centro da cidade por 10 anos. Feito pela Firjan, o mapeamento “A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil” é a base da listagem que contém os imóveis que são objetos dessa concessão municipal. O edital de concorrência prevê reforma e restauro dos imóveis municipais considerados vazios ou em ruína, mas dá prioridade de ocupação para os setores integrantes da Cadeia da Indústria Criativa, não para habitação popular.

Tendo a melhoria da mobilidade urbana como uma das diretrizes de sua atuação, a CDURP prosseguiu com a implosão da Avenida Perimetral sem a adequada reformulação do Plano de Mitigação da Interdição Parcial da Perimetral considerado inconsistente e mal aplicado pelo Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE) do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ). O Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA) em conjunto com a 5ª Promotoria de Tutela Coletiva de Meio Ambiente



NENHUMA DAS FAMÍLIAS REMOVIDAS NA ÁREA FOI ENCAMINHADA PARA AS HABITAÇÕES FINANCIADAS PELO PROGRAMA QUE ESTÃO SENDO CONSTRUIDAS NA REGIÃO. (...) UMA METODOLOGIA QUE VEM SENDO UTILIZADA PELA PREFEITURA PARA REALOCAÇÃO DE CASAS REMOVIDAS NA CIDADE E QUE VIOLA O ESTATUTO DA CIDADE”

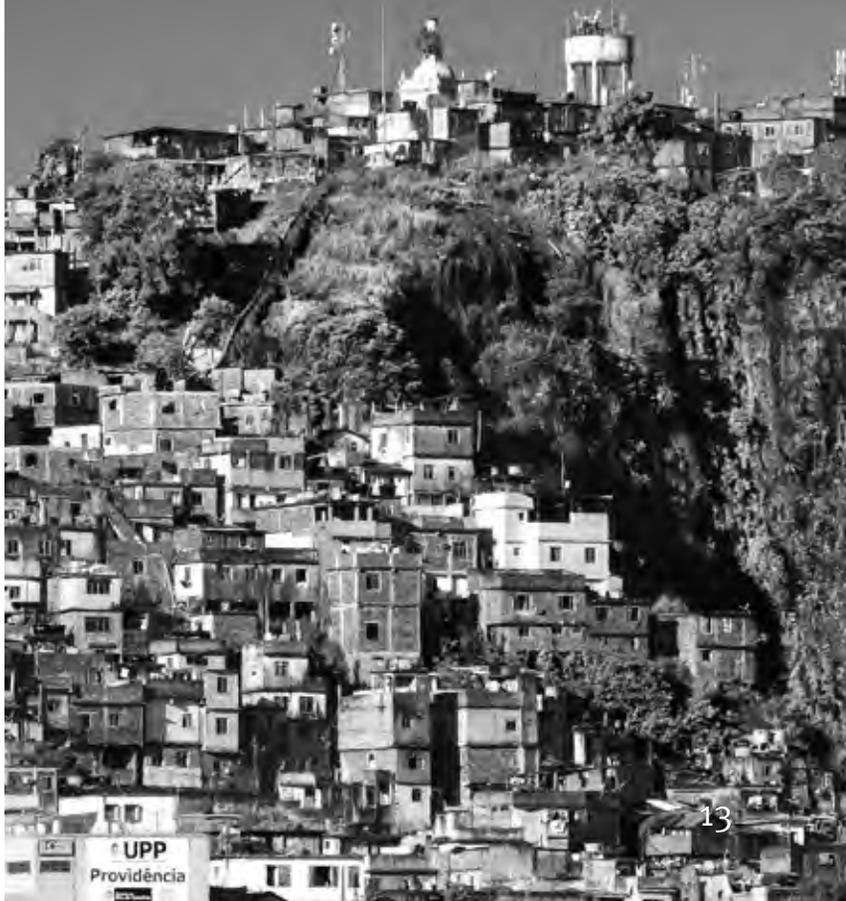
e Patrimônio Cultural da Capital do MPRJ ajuizou a Ação Civil Pública em fevereiro de 2013 contra a CDURP e o município. As negociações e entregas de documentos – realizadas desde o início da ação – culminaram em uma audiência pública realizada em 10 de julho de 2013 no MPRJ e que teve como objetivo debater o plano de mitigação e promover uma avaliação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) apresentado pela CDURP ao longo do processo. O GATE deixou claro na apresentação pública que o conceito de mobilidade urbana sustentável, defendido nos estudos apresentados pela CDURP para viabilização do projeto, estava em completo desacordo com o projeto urbanístico que estava em implantação na zona. Aliado a isso, a licitação para a construção do Centro Integrado de Operação e Manutenção (CIOM) do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) ameaça a integridade do único equipamento público de lazer que existe na região, a Vila Olímpica da Gamboa. O prédio do CIOM ficará em um terreno de 18 mil m² e atingirá parte das quadras esportivas da Vila.

PROVIDÊNCIA E CENTRAL DO BRASIL

Em 26 de abril de 2010 o camelódromo da Central sofreu um incêndio que foi determinante para a sua extinção. Ao final de 2011 foi inaugurado o controverso Mercado Popular de Compras Leonel Brizola, a duas quadras do local incendiado. Impopular entre os camelôs da região, o Mercado é um fracasso de vendas e de adesão por parte dos trabalhadores. Eles alegam que o público que circula na Central e no Terminal compra e/ou consome as mercadorias porque passa pelas barracas e tabuleiros durante o trajeto entre as plataformas e a estação de metrô. Como as mercadorias vendidas pelos camelôs nos centros populares são parecidas, a venda é de ocasião, pela facilidade e, às vezes, graças às táticas do vendedor. O comprador em potencial dessas mercadorias não se desloca até o Mercado para o consumo delas, alegam os trabalhadores, e por essa razão ele é um fracasso.



Vista do oratório e da caixa de água no alto do Morro da Providência, desde a Avenida Presidente Vargas
ACIMA: Operários da SMH trabalhando na demolição do AP, no Morro da Providência





MARÉ

CAJU

ZONA PORTUÁRIA

AV. BRASIL

AV. RODRIGUES ALVES

AV. FRANCISCO BICALHO

M

S
T

R

1
1

11
11
6

7

1

4

8

3

9

9

6

VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

... PROJETO PORTO MARAVILHA



MORADIA

Remoções forçadas na Rua do Livramento **A**, Rua da Grota **B**, Escadaria **C**, AP **D**, Ladeira do Barroso **E**, Sessenta **U**;

B C D Entulho acumulado pela destruição das casas;

Deficiência no abastecimento de água e de tratamento de esgoto das ruas Barão de São Felix **F** e Senador Pompeu **G**, Pedra Lisa **H**, Morrinho **I**, Morro da Providência **J**;

K Poluição sonora por causa das obras do teleférico;

L Proposta para transformação de área residencial em centro turístico;

M Extinção do abrigo utilizado para consumo de crack, promovendo a dispersão dos usuários pelas comunidades do Complexo sem atendimento ou orientação;

Ocupações urbanas despejadas: Machado de Assis **N**, Zumbi dos Palmares **O**, Flor do Asfalto **P**;

Ocupações urbanas: Chiquinha Gonzaga **Q**, Quilombo das Guerreiras **R**;

S Ocupação urbana Terra Abençoada I e II localizada no terreno e nas instalações do antigo Hospital São Sebastião;

T Fechamento e abandono do Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião.

TRABALHO

1 Extinção de postos de trabalho na região do entorno da Central do Brasil sem promoção adequada de novos postos próximos ao local;

2 Elitização da Praça Mauá;

3 Retirada dos camelôs do Terminal Rodoviário Américo Fontenelle;

4 Diminuição da oferta de trabalho nas atividades portuárias;

5 Fim do camelódromo da Central do Brasil após incêndio em 2010;

6 Famílias que vivem do recolhimento de resíduos sólidos em condições de extrema pobreza;

7 Atividade de profissionais do sexo que moram e trabalham na área do entorno da Central do Brasil e da Av. Brasil, na Maré;

8 Abandono da Cooperativa Mista de Pescadores Colônia Caju;

9 Aumento do contingente de operários ligados a atividades portuárias. Mais de 7000 novos trabalhadores que não são integrados à região.

CULTURA

1 Fechamento dos terreiros de Umbanda e Candomblé na Maré;

2 Extinção da cultura popular de venda de mercadorias na rua: do biscateiro, do camelô, do vendedor ambulante;

1 Mais acessibilidade na utilização dos antigos galpões na comunidade: Museu da Maré, Centro de Artes da Maré, Observatório de Favelas;

2 Atividades de resistência cultural: capoeira do Mestre Eron, bateria Mel do Futuro, Instituto Pretos Novos (IPN);

3 Casa de banho Dom João VI, hoje utilizada pela Comlurb para eventos particulares;

4 Fechamento do CAIC Tiradentes (Escola Estadual Tiradentes) num cenário de ausência de escolas;

5 Extinção da Praça Américo Brum, representativa para a sociabilidade da Providência, para a construção de um teleférico;

6 Fechamento do Colégio Estadual Benjamin Constant;

7 Fechamento do Colégio Estadual Vicente Licínio Cardoso;

8 Esvaziamento das formas de habitação local sob justificativa de revitalização;

9 Novos grupos e espaços culturais surgem com o Projeto Porto Maravilha – Galpão Ação da Cidadania e Museu de Arte do Rio (MAR) – mas há pouco investimento nos grupos e espaços locais;

10 Proibição de bailes funk – Praça Américo Brum e Quadra da Vila Portuária;

11 Pontos de resistência, encontro e defesa dos direitos da população LGBT: Grupo Conexão G, Bar do Mário e salões de beleza das 17 comunidades da Maré.



“ (...) AS REMOÇÕES NO MORRO DA PROVIDÊNCIA SÃO ORIUNDAS DO PROGRAMA MORAR CARIOCA CRIADO EM JULHO DE 2010 PELA PREFEITURA DO RIO COM O OBJETIVO DE PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO URBANA E SOCIAL (COMPLETA E DEFINITIVA) DE TODAS AS FAVELAS. AS AÇÕES DESSE PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO JÁ SOMARAM ENTRE 2011 E 2012 MAIS DE 100 REMOÇÕES DE MORADORES DO MORRO”

No processo de criminalização desses trabalhadores, no dia 25 de maio de 2013 foi a vez das barracas que ocupavam as plataformas do Terminal Américo Fontenelle serem removidas pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) da prefeitura. O motivo dessa vez não foi o incêndio, mas a reforma do Terminal pela Companhia de Desenvolvimento Rodoviário de Terminais (CODERTE), que através de uma licitação contratara um consórcio para a reconstrução do Terminal.

Em audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) na tarde do dia 6 de outubro de 2011 a pauta foi “projetos de reforma dos terminais rodoviários do estado do Rio de Janeiro visando os megaeventos de 2014 e 2016”. Representando a CODERTE o presidente da comissão especial de licitação faz uma longa justificativa da privatização dos terminais, alegando a incapacidade da Companhia em arcar com os custos de reforma e manutenção desses espaços. Duas moradoras da Providência estavam presentes na audiência, além de integrantes do Fórum Comunitário do Porto (FCP). Uma dessas moradoras foi enfática ao dizer que a obra do teleférico da providência fazia parte de um projeto do qual os moradores não conheciam e tampouco tinham participado de sua construção. Ela alegava que não concordava com a instalação desse



Escombros de casas demolidas após remoção das famílias, na área da Cruzeiro, Morro da Providência

equipamento, pois não tinha certeza de que ele melhoraria a qualidade da circulação dos moradores “da comunidade”, atendidos por linhas de van que faziam o transporte até o alto do morro, cujo ponto final ficava na Praça Américo Brum. A manutenção dessa praça também era outra reivindicação sua, já que para que o teleférico fosse instalado ela teria que ser extinta. As relações entre as obras do Porto Maravilha, as do Programa Morar Carioca e as do Terminal nunca foram publicamente apresentadas aos habitantes da área como parte de um projeto de melhorias para a região. Pelo contrário, havia um investimento em divulgar informações que diluíssem a grandiosidade do impacto dessas modificações na vida daqueles que ali habitavam. Os projetos eram de difícil acesso e as informações obtidas sobre o Morar Carioca eram resultado de uma ação civil pública contra o município, justamente por irregularidades no processo de realização das obras.

Assim como o incêndio pegou todos de surpresa, o boato sobre a construção do teleférico só foi confirmado quando a Praça Américo Brum começou a ser destruída. Espaço de lazer central para os moradores, ela foi substituída por uma das três estações do teleférico. As outras duas seriam: uma na saída do túnel João Ricardo, ao lado do Instituto Central do Povo, na Barão da Gamboa com

a Pedro Ernesto; outra na área consumida pelo fogo. No croqui do projeto, impresso em uma folha A4 e apresentado aos trabalhadores pelo presidente da CODERTE no dia do incêndio, não aparece a imagem do teleférico e ele tampouco é citado. As melhorias apresentadas pelo presidente para amenizar o prejuízo do incêndio às pessoas que ali trabalhavam, estavam todas relacionadas à construção do Terminal, cujo projeto sequer previa construções na área destruída pelo incêndio.

Diferente da área mais próxima ao cais do porto, atingida mais diretamente pelas reformas do Porto Maravilha, as remoções no Morro da Providência são oriundas do Programa Morar Carioca criado em julho de 2010 pela Prefeitura do Rio com o objetivo de promover a inclusão social, através da integração urbana e social (completa e definitiva) de todas as favelas. As ações desse programa de integração já somaram entre 2011 e 2012 mais de 100 remoções de moradores do Morro. O projeto de implementação das obras previstas nunca foi apresentado a eles. Por conta dessa e de outras irregularidades e impactos negativos do programa na favela, o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro moveu uma Ação Civil Pública (ACP) em defesa dos direitos dos moradores da Providência. Numerosas, as obras previam: um teleférico, um plano inclinado, um centro esportivo, um museu a céu aberto, construção de moradias, obras de saneamento básico, remoções de casas localizadas em área de risco.

Inicialmente a “Planta Geral de Urbanização do Projeto Morar Carioca” planejava construir 639 unidades habitacionais na região: 58 unidades na Ladeira do Farias nº 91; 20 na Ladeira do Barroso; 4 no Centro Histórico; 131 na rua Nabuco de Freitas, 77 na rua Cardoso Marinho nº68; 349 na Aldomaro Costa nº83 – e previa a remoção de 832 casas. Fruto da resistência de alguns moradores, a ação civil pressionou o município para apresentação dos documentos relacionados ao projeto para a área e principalmente para a realização de audiências públicas para a avaliação dele. A pressão resultou em diminuição no número das famílias que seriam removidas, no entanto não solucionou o problema daqueles que já tinham saído de suas casas para as obras e ainda viviam com o aluguel social.

OFICINAS DE CARTOGRAFIA SOCIAL

Salão na área da Pedra Lisa,
Morro da Providência



AS OFICINAS DE CARTOGRAFIA SOCIAL REALIZADAS NO MÊS DE AGOSTO DE 2013 TROUXERAM COMO PRINCIPAL DESAFIO O MAPEAMENTO DAS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO. APESAR DO FOCO ESTAR NESSAS MODIFICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS, TENTAMOS PRODUZIR UMA CARTOGRAFIA QUE IDENTIFICASSE AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESPAÇO PELA AÇÃO DO TEMPO E PELA AÇÃO DOS PROJETOS PROPOSTOS PARA A REGIÃO AO LONGO DOS SÉCULOS, TENTANDO IDENTIFICAR AS *EXPRESSÕES DA ALTERAÇÃO NAS FUNCIONALIDADES DOS LUGARES*.



Nesse sentido, as oficinas incentivaram a produção de relatos descritivos, com o objetivo de realizar em conjunto uma análise qualitativa do urbano. Esse caminho nos permitiu dar visibilidade aos grupos e movimentos que cotidianamente resistem às violações oriundas do processo de reorganização urbana do Rio de Janeiro, indo, portanto, no caminho inverso do discurso desenvolvimentista oficial, que se apresenta atrelado aos grandes projetos imobiliários, industriais ou esportivos.

Os pontos destacados pelos participantes em seus relatos converteram-se na parte mais significativa dessa experiência, que, acima de tudo, teve por objetivo compreender como ocorre a apropriação do espaço urbano através da dimensão do conflito – geralmente expresso na divergência dos interesses do poder público e da população. A descrição dessa relação conflitiva feita pelos participantes das oficinas sugere que através da pressão política e da mobilização é possível defender um projeto de cidade que é o oposto daquilo que vem sendo projetado pelos governos municipal, federal e estadual para região portuária.

Os pontos de tensão existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro e que geram impactos na região portuária; a produção desigual dos espaços da cidade; as novas formas de criminalização da pobreza e a militarização das favelas: todos esses aspectos estão interligados na atual forma de gestão e requalificação das cidades. Completamente inseridos nessa discussão e nessa condição urbana, os participantes relataram violações que organizamos nas seguintes tipologias: Moradia, Trabalho e Cultura.



DA ESQUERDA PARA A DIREITA: Menino soltando pipa, no Morro da Providência; meninos jogam bola entre o Largo do Cruzeiro e a área do Buraco Quente, no Morro da Providência.

MORADIA

A permanência no local de moradia é a principal bandeira defendida pelos moradores do Morro da Providência, e das diferentes ocupações que compõem o perímetro portuário do centro do Rio de Janeiro, na luta desses moradores para garantir o seu direito à cidade. As remoções forçadas converteram-se na principal evidência dos interesses do governo municipal em transformar os espaços de moradia em atrativos turísticos.

A área central da região portuária é predominantemente residencial e voltada para as moradias populares. Estima-se que até o momento o Projeto Porto Maravilha e o Programa Morar Carioca removeram cerca de 605 famílias, entre as que viviam no Morro da Providência e nas ocupações do entorno: Morro da Providência, 140 famílias; Ocupação Machado de Assis, 150 famílias; Ocupação Flor do Asfalto, 30 famílias; Ocupação Boa vista, 35 famílias; Ocupação Zumbi dos Palmares, 133 famílias; Ocupação Carlos Marighela, 47 famílias; Ocupação Casarão Azul, 70 famílias. Ao todo são cerca de 3.099 famílias removidas em toda a cidade, e mais 7.843 que estão sob ameaça de remoção³.

Várias são as violações promovidas pelos poder público. A falta de informações, por exemplo, virou uma regra de atuação da prefeitura nos processos de remoção. Moradores não possuem informações dos projetos e das obras, desconhecem os números exatos de casas a serem removidas e não são informados sobre os procedimentos de realocação que serão adotados. Além disso, casas são marcadas para serem removidas com as iniciais da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) sem o consentimento dos moradores; escom-

3. Conforme os dados apresentados pelo *Dossiê* produzido pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, essas remoções e ameaças de remoção foram feitas entre os anos de 2010 e 2013, quando foi lançada a segunda versão do documento.



“

ISSO AQUI É UM
TRANSTORNO.
NÃO CONSIGO
TRABALHAR,
NÃO CONSIGO
DORMIR DIREITO.
JÁ BOTARAM
FOGO AQUI
DUAS VEZES”

MORADORA DO AP,
MORRO DA PROVIDÊNCIA

bros e entulhos das casas demolidas não são removidos piorando a qualidade de vida de quem permanece no local.

Em diversas ruas, casas foram retiradas sem consentimento de seus moradores. Numa das ocupações da Rua do Livramento viviam aproximadamente 25 famílias. Para elas foi oferecido um cadastramento para um apartamento do programa Minha Casa Minha Vida, porém em loteamentos localizados em Senador Camará, na Zona Oeste do município. A dinâmica das remoções é afastar os pobres das áreas centrais e alocá-los nas áreas mais distantes e deficitárias de infraestrutura urbana – portanto distante dos postos de trabalhos, de sua memória e de sua história de vida. Outras remoções no Morro da Providência, oriundas do projeto Morar Carioca somaram mais de 100 famílias removidas em 2011. Em novembro de 2013, após dois anos de aluguel social, 34 famílias foram realocadas no loteamento construído na Rua Nabuco de Freitas, em um dos sete blocos que compõe o condomínio, o único loteamento construído dos seis previstos pelo projeto.

Esse tipo de atuação do poder público gera um grau de tensão e desconfiança que muitas vezes coloca morador contra morador. Ao mesmo tempo, são esses momentos que tornam importante a ação dos apoiadores técnicos e organizações sociais na produção de informações que atestem a violação de direitos e se contraponham aos poucos dados disponibilizados oficialmente. Como exemplo dessa ação de contraponto e de

resistência, destacamos a construção do “contra-laudo” geotécnico. Realizado por apoiadores, ele foi importante na expedição da ação cautelar solicitada pela Defensoria Pública do Estado em 2012, que paralisou as obras do Projeto Morar Carioca, alegando: falta de estudo de impacto de vizinhança, falta de estudo de impacto ambiental e de realização de audiências públicas que informassem os moradores sobre a qualidade, as dimensões e os impactos do projeto. A suspensão das obras e a resistência dos moradores garantiu que um canal de negociação fosse aberto com a prefeitura. É importante ressaltar que esse canal foi aberto somente em setembro de 2013, período posterior a onda de manifestações ocorridas massivamente em todo o Brasil. Desde esse mês, representantes do município têm realizado reuniões com os moradores, defensores públicos e apoiadores na tentativa de negociar a retomada da execução das obras.

No Complexo de favelas da Maré, o problema da moradia também está atrelado ao atual processo de modificação do espaço urbano, no

entanto, estas modificações geralmente estão relacionadas às políticas de saúde ou de “segurança pública” – que inclui invasões constantes nas comunidades, tiroteios e suspensão das atividades locais por conta das “rondas”. No contexto das políticas de saúde pública foi destacada na oficina a extinção, em novembro de 2013, da ocupação dos usuários de crack em um local entre as comunidades Nova Holanda e Parque União. Localizado às margens da Avenida Brasil – uma das principais vias de acesso para turistas que chegam à cidade – a ocupação foi o foco das principais ações de repressão e recolhimento de usuários. Essas ações – extremamente freqüentes no Complexo da Maré e também nos arredores da Central do Brasil e da Rodoviária Novo Rio – se intensificaram em novembro de

sil); nas margens da Avenida Brigadeiro Trompovsky, que dá acesso à Ilha do Fundão; na ponte de Bonsucesso na Avenida Brasil. A retirada da última ocupação apenas dispersou novamente os grupos – que atualmente transitam e ocupam diferentes áreas no interior das comunidades da Maré. Essas ações paliativas dos governos não resolvem a questão, há necessidade de integração entre diferentes políticas públicas – de habitação, assistência social e saúde pública – para a resolução da questão.

A população de rua, bem como os usuários de drogas, são os grupos que mais sofrem com as medidas repressivas que têm sido intensificadas na preparação da cidade para os eventos esportivos, unindo exclusão, limpeza social e uso da força policial para esconder todo e qualquer



ESTE PROJETO FICA NO ESCURO NÉ. VOCÊ NÃO TEM NADA DIVULGADO. SE VOCÊ FOR PROCURAR NA PREFEITURA? O QUE É O PROJETO NA VERDADE, PRA QUEM É EU NÃO SEI. DE UMA COISA TENHO CERTEZA: NÃO É PRA POPULAÇÃO. ELES GASTARIAM MUITO MENOS REESTRUTURANDO A FAVELA PRA POPULAÇÃO DO QUE ESTÃO FAZENDO NO PROJETO. CADÊ UM DOCUMENTO OFICIAL? NUNCA VI.”

MORADOR DA ESCADARIA – MORRO DA PROVIDÊNCIA

2012, quando o prefeito anunciou a internação compulsória dos adultos usuários de crack. Lembrando que, de acordo com o Ministério Público do Rio, medidas de recolhimento compulsório de moradores de rua são ilegais. Desde de 31 de março de 2011, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) deu início ao trabalho conjunto com órgãos de segurança, promovendo diversas operações e recolhimentos: no episódio de novembro de 2013 os usuários foram recolhidos do local para um batalhão de polícia e não para unidades de saúde do município, mostrando que a solução adotada para este problema passa mais pela repressão do que pelo atendimento de saúde.

Os usuários de crack na Maré já formaram outras ocupações em frente ao antigo prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); na localidade conhecida como Brizolão (uma via de acesso à Bonsucesso na Avenida Bra-

problema que manche a imagem do Rio de Janeiro e influencie na perda de investimentos para Cidade Olímpica.

No Caju, a ausência de políticas habitacionais também gerou processos de ocupação de terrenos públicos, como as Ocupações Terra Abençoada I e II, instaladas no terreno e nas dependências do antigo Hospital São Sebastião, que após um processo de fechamento progressivo foi desativado em 2008 sob protestos dos moradores do bairro. Esse hospital era o único do Rio de Janeiro especializado no tratamento de doenças infectocontagiosas, feito no Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião (IEISS), e chegou a ter cerca de 500 leitos. Após o fechamento do Hospital, o IEISS foi transferido para o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (Iaserj), mas com capacidade de atendimento muito reduzida. O IEISS era uma instituição

especializada que tinha mais de um século de existência. Estima-se que mais de R\$ 1 milhão foi gasto para o melhoramento de suas dependências pouco antes de ele ser desativado. Os moradores instalados na área do hospital podem estar expostos a resíduos hospitalares, lixo ou restos de equipamento e material utilizado no IEISS, o que pode ocasionar lesões ou até problemas mais graves. A exemplo do hospital, a Escola Estadual Tiradentes (Centro de Atenção Integral à Criança – CAIC Tiradentes) também foi fechada recentemente no bairro. O fechamento de hospitais e escolas públicas é uma maneira de, nesse processo constante e cruel de reordenamento da cidade, dificultar muito (ou até mesmo inviabilizar) a moradia em determinadas áreas. O bairro do Caju enfrenta há alguns anos essa dificuldade.

Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) estimam que no Estado do Rio de Janeiro exista um déficit de 483 mil unidades habitacionais, a maior parte concentrada na região metropolitana (362.335). As políticas de enfretamento desse problema ficam muito aquém do necessário e ele tem se agravado a cada dia com o estabelecimento das Parcerias Público Privadas e o uso da terra pública para os interesses empresariais. No atual processo de reordenamento das cidades, a população que mora nos lugares com pouca infraestrutura – os moradores de favelas e ocupações – é seguramente a mais atingida pelas violações de direitos e a menos priorizada nesses processos de “melhorias”.

TRABALHO

O trabalho é uma dimensão importante para entender a forma de ocupação da região portuária e os tipos de atividades que são exercidas pelos que ali vivem. A atividade informal – comércio de ambulantes, camelôs, etc. – é a principal fonte de renda daqueles que trabalham e moram no entorno da área central da cidade. O poder público tem reprimido intensamente esses tipos de atividades através de medidas como o “Choque de Ordem” – ações de repressão a vendedores ambulantes e a ocupações em espaço público – que é amparado pela criação das Unidades de Ordem Pública (UOP) instaladas em diferentes partes da cidade.

No entorno da Central do Brasil, os pontos de trabalho dos ambulantes foram extintos, sem a devida instalação de novos postos próximos ao local. Os camelôs que trabalhavam entre a Central do Brasil e o Terminal Américo Fontenelle foram transferidos para o Mercado Popular Leonel Brizola após um incêndio, que de acordo com muitos trabalhadores foi proposital e criminoso. No novo local, a circulação de pessoas é pequena e o lucro dos comerciantes é baixo, o que os leva a trabalhar ilegalmente nas ruas no horário noturno ou muito cedo, pela manhã. Essa restrição para o horário de trabalho modificou completamente o cotidiano desses trabalhadores que tiveram que buscar outras atividades para o seu sustento. Caso desafiem o Choque de Ordem



Moradora do Morro a Providência em frente a casa ameaçada de remoção

e trabalhem em horário comercial, sofrem com as ações de repressão da prefeitura, que tem utilizado a força policial e armas não-letais para retirá-los das ruas. A elitização das áreas centrais, como ocorre com a Praça Mauá, impede a circulação destes trabalhadores, na medida em que a maioria não possui mais a regulamentação para o exercício de sua atividade profissional nessas áreas. Trabalhadores como os profissionais do sexo, vêm sofrendo com as medidas repressoras adotadas pela prefeitura, tanto nos arredores da área central quanto nas vias que contornam o Complexo da Maré, onde a presença policial é frequente e violenta.

Outra forma de desvalorização do trabalho exercido na região portuária é o abandono da atividade de pesca. No Caju, a Cooperativa Mista de Pescadores acabou abandonada por conta das transformações relacionadas às atividades no cais do porto, que geraram impacto na vida dos trabalhadores que viviam da pesca e por intermédio dela estabeleceram ou fixaram moradia na região. O Caju hoje passa por um processo que visa modificar sua característica residencial a medida que o trabalho gerado pelas novas atividades inviabiliza o que antes ali existia.

Após a extinção das atividades de pesca foi a vez da transformação no trabalho portuário. Com a inauguração do Porto de Sepetiba em 7 de maio de 1982⁴, os tradicionais granéis sólidos – os minérios de ferro, manganês, bauxita, carvão, sal, trigo, soja e fertilizantes – deixam aos poucos de serem carregados e descarregados no Porto do Rio de Janeiro. Em 1988 iniciam as atividades do Terminal de Contêineres (TECONT) e o Porto do Rio passa a operar como ponto de apoio para as importações e exportações, o que diminui bastante o trabalho da capatazia. Em 1990 há ampliação dos terminais de contêineres, todos na área do Caju e no bairro de São Cristóvão, o que provoca uma imensa



**COMEÇARAM
ATERRORIZAR.
MUITAS PESSOAS
COM MEDO,
COMO AQUELA
SENHORA QUE
VÃO QUEBRAR
A CASA DELA.
MUITAS VEZES
NÃO QUERO SAIR
E DEIXAR MEUS
FILHOS DENTRO
DE CASA...”**

MORADOR DA ESCADARIA –
MORRO DA PROVIDÊNCIA

mudança nas técnicas do trabalho portuário. A última lei, de 2013, altera a de 1993, permitindo que os terminais privados movimentem carga de terceiros, e define que a contratação de mão de obra não precisa mais ser necessariamente feita pelo Órgão de Gestão da Mão de obra Portuária Avulsa (OGMO), criado pela lei de 1993. Por conta das mudanças, alguns postos de trabalho foram praticamente extintos, enquanto outros aumentaram significativamente. Se contabiliza que mais de 7.000 novos postos foram criados na área portuária do Caju, a maioria dos trabalhadores contratados não reside no bairro.

O trabalho como parte fundamental dos requisitos para uma moradia adequada também é alvo de violações no Complexo da Maré. Lá, dezenas de famílias vivem em torno de uma unidade da COMLURB em condições extremamente precárias. Trabalhando com a seleção de resíduos sólidos, elas não têm incentivo ou condições adequadas para a realização desse trabalho, que numa cidade como o Rio de Janeiro poderia ser uma importante fonte de renda para coletivos. Hoje, a precária coleta seletiva de lixo no Rio de Janeiro faria da cidade um lugar inadequado para a moradia, já que numa cidade que tem 6,3 milhões de habitantes apenas 3,7% do lixo recolhido é reciclado⁵. O Rio de Janeiro tem coleta seletiva parcial em apenas 44 bairros dos 160 que compõe a cidade.

4. Em 2005, pela Lei Federal nº 11.200/2005, o Porto de Sepetiba teve sua designação alterada para Porto de Itaguaí.

5. <http://oglobo.globo.com/infograficos/reciclagem-no-rio/>



CULTURA

A região portuária do Rio de Janeiro é onde a cidade tem seu início. Na memória e história desse lugar está presente a cultura negra fazendo dali o berço do samba e de diversas outras manifestações da cultura popular. Contudo, a reforma desse espaço tem contribuído para o apagamento desta memória popular – expressa nas práticas e nos patrimônios materiais – que vem sendo substituídos por espaços modernos e arrojados. Esses lugares procuram incorporar as tradições da cultura negra em pequenos marcos memoriais, que nas reformas urbanas (sempre altamente embranquecidas) viram elementos exóticos de um passado muito distante.

Em contrapartida à remodelação das vias que cortam a região; da exposição a céu aberto das ruínas do antigo Cais do Valongo (por onde entraram cerca de um milhão de escravos) e do Cais da Imperatriz; da proposta de construção do Museu do Amanhã, além do já inaugurado Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR); da produção de festividades e atividades culturais na Pedra do Sal; do oferecimento de cursos de dança e de cultura no Galpão Ação da Cidadania; do investimento na remodelação do Instituto Pretos Novos (antigo cemitério de escravos) há um “esquecimento” das iniciativas culturais já realizadas na região antes da chegada do Projeto Porto Maravilha, muitas delas voltadas para a celebração da cultura negra. Destacamos a bateria infantil Mel do Futuro – que foi comandada pelo querido Seu Nêlio até 2013, quando ele veio a falecer; e a capoeira do Mestre Eron – realizada no alto da escadaria – como duas expressões de resistência e que são feitas por moradores antigos e queridos no Morro da Providência. Há, ainda, todo o movimento das mulheres e homens vinculados a Liga dos Blocos da Zona Portuária que desde a década de 90 tenta reunir os grupos que atuam na região.

Quadra na Praça Américo Brum, extinta pelas obras do Morar Carioca



Crianças brincam no Morro da Providência

A liga é composta pelos blocos: Coração das Meninas, Pinto Sarado, Escorrega Mas Não Cai, Afoxé Filhos de Gandhi, Independentes do Morro do Pinto, Fala Meu Louro, Oba, Unidos do Rio dos Barros, Eles Que Digam, Tamborim Sensação, Pipoca no Mel, Bloco dos Bancários, Banda da Conceição, Escravos da Mauá e Alegria Portuária; além do Cordão do Prata Preta que homenageia o símbolo da resistência da região portuária na Revolta da Vacina.

Se por um lado há um investimento da CDURP na construção de um Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana na Zona Portuária, há uma iniciativa de que os moradores descendentes diretos dessa herança sejam removidos de suas casas para que os visitantes possam celebrá-la. O circuito é resultado do trabalho do GT Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana⁶, e tem cinco pontos. O primeiro é o Cais do Valongo – construído em 1811 para o desembarque e comércio de africanos escravizados vindos do Congo e de Angola, Centro-Oeste africano. O segundo é a Pedra do Sal, local onde o sal era descarregado por africanos escravizados no século XVII. O terceiro é o Jardim Suspenso do Valongo – parte do plano de remodelação e embelezamento do Prefeito Pereira Passos para a região – e o Largo do

Depósito, onde ficavam as antigas lojas que vendiam escravos e artigos relacionados à prática da escravidão. O quarto é o Cemitério dos Pretos Novos onde foram enterradas cerca de 20 mil jovens e crianças negras que não resistiam aos maus tratos da escravidão ou da viagem até o Brasil. O quinto é o Centro Cultural José Bonifácio construído em 1877 por ordem de D. Pedro II para a educação da comunidade carente da Região Portuária e que foi o primeiro colégio público da América Latina.

A cultura negra marcou toda a história de construção das cidades brasileiras, porém na região portuária ela é mais do que presente, mais do que uma marcação em uma linha do tempo: ela é a memória de uma resistência em face das sucessivas reformas urbanas que tem o objetivo de “esquecer” essa etapa vivida pela população do país.

Mesmo a 126 anos do fim da escravidão a repressão e a opressão ao povo negro ainda é triste, cruel e desumana e acontece todos os dias na Maré, no Caju, na Zona Portuária e em todas as comunidades e favelas da cidade; nas ações das polícias orientadas a bater e a criminalizar; na intolerância aos cultos afrobrasileiros, com casas obrigadas a fechar suas portas por conta da discriminação; nas ações das políticas de habitação que removem a população para moradias sem infraestrutura e distantes de onde cultivaram suas relações de proximidade. Não podemos evidenciar circuitos e traçar marcos da herança africana sem que os herdeiros sejam respeitados. A herança africana é muito mais vasta do que o período da escravidão, e debater essas contribuições também foi marca de nossa oficina e um dos objetivos da construção desse Fascículo.

6. Criado pelo decreto Municipal 34.803 de 29 de novembro de 2011.

Sob a perspectiva do conflito como espaço de produção de relações sociais, o Fascículo apresentou situações relatadas nos encontros realizados durante as Oficinas de Cartografia Social. Nelas discutimos de forma mais sistemática sobre as transformações urbanas e as violações de direitos de populações atingidas por grandes obras, apresentando o impacto destas novas configurações espaciais no cotidiano dos sujeitos que habitam a região; levantando, também, as formas de resistência a essas violações que ali foram gestadas.

O discurso oficial do poder público – de que as transformações que vêm ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro serão capazes de solucionar antigos problemas de infraestrutura urbana – reforça a sensação de que estamos em progresso e com os direitos sociais garantidos. O que notamos é que esse discurso esconde as violações que são necessárias para que o projeto de cidade-mercadoria se efetive, que é o projeto na qual o poder público está engajado. Os episódios de remoções se alastram por toda a cidade. Os espaços de vida e trabalho são transformados sem que a população tome conhecimento. Parcerias entre o poder público e empresas privadas tornam-se frequentes para a execução das principais intervenções urbanísticas na cidade; direitos garantidos por lei são desrespeitados por novas leis inconstitucionais.

A experiência relatada pelos participantes nas oficinas nos trouxe a certeza de que o modelo de desenvolvimento que está em curso tem gerado impactos que não são tão facilmente vistos e por isso difícil de serem mensurados – mudanças em leis que historicamente garantiram direitos à população, editais lançados às pressas, licitações vultuo-

sas. Estamos falando de uma forma de produzir cidades que exclui e criminaliza a parcela mais pobre da sua população; que reprime com o uso da força e que pretende transformar em lucro tudo aquilo que é prioridade para a população.

Os próximos anos serão ainda mais agitados para a região portuária, com transformações grandiosas e impactos que serão sentidos e debatidos por gerações de moradores e estudiosos da cidade do Rio de Janeiro. Essa grande mudança não acontecerá sem perdas, mas também não ocorrerá sem a denúncia daqueles que ali habitam.

Esperamos que essa cartografia fortaleça a luta dos moradores que estão sofrendo os efeitos negativos dessas transformações e sirva como um meio de visibilizar suas denúncias e suas estratégias de organização. Os dados e os relatos aqui reunidos oferecem evidências que vão auxiliar a desmistificar a “ausência de vida”, que aqueles que não conhecem a região portuária geralmente usam para descrevê-la. Foi ali que a cidade do Rio de Janeiro nasceu, de onde surgiram os primeiros focos de revoltas populares, episódios que durante anos foram esquecidos e que hoje pretendem ser apagados pela lógica desenvolvimentista. Cabe a nós registrar e divulgar essa história, que se mantém pulsante no cotidiano dos moradores da região portuária e serve de exemplo para muitos outros processos de disputa pelo direito à cidade. Com esse sentimento finalizamos esse Fascículo com um trecho da carta SOS Providência – criada pela Comissão de Moradores da Providência e pelo Fórum Comunitário do Porto – esperando que o conteúdo dela e o desejo expresso pelos moradores seja cada vez mais difundido:

GOSTARÍAMOS QUE O POVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SOUBESSE QUE OS MORADORES DA PROVIDÊNCIA NÃO SÃO INVASORES NEM CONTRA A URBANIZAÇÃO! SOMOS MULHERES E HOMENS QUE MORAMOS AQUI PORQUE TEMOS UMA HISTÓRIA AQUI E PRECISAMOS SOBREVIVER! A MAIORIA DOS MORADORES ESTÁ AQUI HÁ MAIS DE 20 ANOS, TODA NOSSA VIDA É AQUI, A DOS NOSSOS FILHOS, DOS NOSSOS NETOS! TUDO É PERTO, ESCOLA, HOSPITAIS, TRABALHO, MERCADO, LAZER ETC. ACREDITAMOS QUE A PREFEITURA É A PRINCIPAL RESPONSÁVEL POR TODO ESSE TRANSTORNO E ESTAMOS UNIDOS PARA GARANTIR QUE NENHUMA CASA MAIS SEJA DERRUBADA E QUE AS MELHORIAS NOS BENEFICIEM! PARA FINALIZAR, O LEGADO SOCIAL DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 QUE QUEREMOS É A PERMANÊNCIA NA PROVIDÊNCIA E A GARANTIA DE QUE TAMBÉM PODEREMOS VIVER NESTA CIDADE MARAVILHOSA! PEDIMOS À POPULAÇÃO CARIOCA QUE NOS AJUDE A DIVULGAR O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM A NOSSA CIDADE!

